

4

CAPÍTULO

LÓGICA DO SENTIDO E FUNDAMENTOS DA SÓCIO-INTER-AÇÃO

Lucrécio Araújo de Sá Júnior

INTRODUZINDO: OS SISTEMAS CONSTITUINTES DE SIGNIFICAÇÃO

Nos estudos linguísticos cedo se sublinharam a afinidade manifesta entre o conceito de Língua saussuriana e a concepção durkheimiana de consciência coletiva, independentemente de suas manifestações e interesses individuais; Barthes assinala a influência direta que Durkheim tem sobre Saussure: *Saussure teria seguido de perto o debate entre Durkheim e Tarde* (BARTHES, 2006, p. 26).

De acordo com Barthes, a concepção de Língua saussuriana adveio de Durkheim e a concepção de Fala foi tecida a partir de uma concessão às ideias de

Tarde acerca do individual, essas ideias são postas por Doroszewski na Varsóvia de 1930. Esta hipótese, porém perdeu a atualidade, porque a Linguística desenvolveu sobretudo, dentro da ideia da língua saussureana, um campo fechado no aspecto de “sistema de valores”, o que levou a aceitar a necessidade de uma análise imanente da instituição linguística: imanência que tem distanciado a pesquisa sociológica e os usos sociais da linguagem em suas variadas classificações.

Não é então paradoxal, na área da Sociologia que encontraremos o melhor desenvolvimento da noção de Língua/Fala; e sim na da Filosofia, com Merleau-Ponty, provavelmente um dos primeiros filósofos franceses a ter se interessado por Saussure, ou porque tivesse retomado a distinção saussureana sob a forma de uma oposição entre fala falante (intenção significativa no estado nascente) e fala falada (forma adquirida pela língua, que lembra o tesouro de Saussure), ou porque tivesse alargado a noção, ao postular que qualquer processo pressupõe um sistema: assim elaborou-se uma oposição doravante clássica entre acontecimentos e estrutura, cuja fecundidade se conhece em História (Cf. Barthes, 2006).

Ora, preconceitos a parte, sabemos que a noção saussureana sempre teve um grande desenvolvimento na Antropologia, como ciência que estuda o homem como produtor de artefatos culturais. Não esqueçamos que a referência a Saussure está demasiada explícita na obra de Claude Lévi-Strauss e nas entrelinhas dos estudos das culturas tradicionais de Margaret Mead, para que seja mister nela insistir. Lembremos que a oposição entre processo e o sistema (entre Fala e a Língua) se reencontra concretamente na passagem da comunicação das mulheres às estruturas do parentesco.

Buscar entender Lévi-Strauss é procurar entender a razão pela oposição ao que a perspectiva multidisciplinar do social apresenta para os estudos da linguagem, num valor epistemológico: o estudo dos fatos da língua depende da interpretação mecanicista (no sentido lévi-straussiano, isto é, por oposição ao estatístico) e estrutural, e o estudo dos fatos da fala liga-se ao cálculo das probabilidades (macrolinguísticas); Observa Barthes,

O Caráter inconsciente da língua naqueles que nela colhem sua fala, postulado explicitamente por Saussure, reencontra-se numa das mais originais e fecundas posições de Claude Lévi-Strauss, a saber que não são os conteúdos que são inconscientes (crítica aos arquétipos de Jung), mas as formas, isto é, a função simbólica: ideia próxima de Lacan, para quem o próprio desejo é articulado como um sistema de significações, o que acarreta, ou deverá acarretar, descrever de novo modo o imaginário coletivo, não por seus “temas”, como se fez até agora, mas por suas formas e funções; digamos mais grosseiramente, mas mais claramente: mais por seus significantes do que por seus significados. (BARTHES, 2006, p. 28)

Nessa indicação sumária de Barthes, vemos como a noção de Língua/Fala é rica de desenvolvimentos extra ou metalinguísticos. Observemos a partir dos ele-

mentos da semiologia, pois, que existe uma categoria geral Língua/Fala, extensiva a todos os sistemas de significação.

REDES DE REPRESENTAÇÕES CONSCIENTES E INCONSCIENTES

Para Roland Barthes (2006), o alcance sociológico do conceito Língua/Fala é evidente. Mas, a teoria dos *Shifters* ainda é pouco explorada nos estudos linguísticos, embora seja um campo muito fecundo, em que se pode observar que entre o código e às mensagens existem símbolos indiciais; segundo a terminologia de Peirce (1940) é necessário procurar a definição semiológica das mensagens que se situam nas fronteiras da linguagem, sobretudo nas formas do discurso literário.

Lewis Carrol inventa os jogos ou transforma as regras de jogos conhecidos como tênis e croquê, mas ele invoca uma espécie de jogo ideal, cujo sentido e função é difícil perceber à primeira vista em Alice. Em Alice no país das maravilhas e Alice através dos espelhos, os jogos tem algo em comum: são muito movimentados, parecem não ter nenhuma regra precisa e não comportar nem vencedor nem vencido. Não “conhecemos” tais jogos, que parecem contradizer a si mesmos (Deleuze, 2009).

Para Deleuze, um tal jogo sem regras, sem vencedores nem vencidos, sem responsabilidades, jogo de inocência e corrida em que a destreza e o acaso não mais se distinguem, parece não ter nenhuma realidade. Assim, é que o jogo idealizado em Alice não pode ser realizado, ele só pode ser pensado, e mais ainda, pensado com um não senso. Nesse sentido, a linguagem do jogo é matriz do inconsciente puro. São todos os pensamentos que comunicam através de formas, figuras, imagens de distribuições geográficas nômades.

Para Richard Rorty (1999) há dois sentidos para “o inconsciente” em jogo. O primeiro é esse como qual Davidson trabalha: um ou mais sistemas de crenças e desejos razoavelmente organizados capaz (es) de alterar de forma casual crenças e desejos conscientes. O segundo sentido que se poderia dar ao termo “inconsciente” é “uma massa efervescente de energias instintivas desarticuladas, um “reservatório de libido” para o qual a inconsciência é irrelevante. Nesse sentido, “o inconsciente” seria um outro nome para “as paixões”, ou para um conjunto de forças primais e ebulientes, que seriam de alguma maneira mantidas sob um controle mais ou menos precário pelos artifícios culturais ligados à vida em sociedade.

Para Rorty, nossas identidades privadas inconscientes não são brutais, obtusas, sombrias e repulsivas, mas antes pares intelectuais e parceiros conversacionais de nossas identidades conscientes. Essa assertiva do referido filósofo procura dirigir nossa atenção para uma noção de inconsciente não como um espaço de oposição direta e polar aos atributos normalmente atribuídos à noção de consciência. Neste postulado, uma estratégia de hierarquização ou de estabelecimento de

relações de precedência é substituída por um gesto que horizontaliza as instâncias consciente/inconsciente, e que sugere que, ao invés de uma disputa, há aqui um espaço de interação possível. Assim, não se trata mais de desenvolvermos estratégias para represar impulsos indômitos e inenarráveis, mas de acolher esse universo como parte do conjunto de constituintes da subjetividade contemporânea, compreendendo sua plausibilidade no nexos de narrativas que constitui a identidade pessoal (Cf. Rorty, 1999).

Para os estudos linguísticos, uma consequência dessa leitura, fica a sugestão de que a noção de inconsciente, ao ampliar o espaço do que é possível compreender como um componente da subjetividade contemporânea, amplia o nosso campo de responsabilidade e ação. Ao reconhecer o inconsciente, o sujeito reconhece que deve responder a outras questões éticas que até então não se colocavam. Em um modelo calcado no pressuposto de oposição entre uma esfera racional e outra irracional, que são tomadas inclusive como de natureza diferentes, a noção de inconsciente tende a ocupar o papel genérico de eximir o sujeito de implicações em suas atuações. Todavia, na medida em que sugerimos uma perspectiva que inclui o inconsciente no jogo da subjetividade como um parceiro sociointeracional potencial, modificamos completamente o enquadramento. Vejamos analiticamente,

Descrever psicanaliticamente o sujeito psíquico é apontar a infinita variedade de sentidos que o agente experimenta como resultado de suas ações. É usar um vocabulário que permita a formulação de descrições que ordenem o fluxo incessante do vivido em narrativas em que o sujeito se reconheça na sua complexidade, na sua divisão, nas suas contradições. A noção de inconsciente não ajuda apenas, como se vê, a compreender as causas e razões que determinam a experiência subjetiva de alguém. Ela sobretudo implica o sujeito nas suas próprias ações, por mais disparatadas, enigmáticas e desconfortáveis que possam ser. Com a noção de inconsciente diminui a possibilidade de alguém alegar – em relação a uma ação qualquer – que “não fui eu” (e sim “o demônio”, “os instintos”, “os hormônios” ou “os neurotransmissores”). Com isso ela amplia nosso campo de responsabilidade. (Belo & Pereira, *apud* Bezerra, 1994, p. 123)

A jogo para Wittgenstein, por exemplo, não é um dado prévio à linguagem. É mais um termo do vocabulário público, cuja característica geral é seu um fato linguístico com causa corpórea do ser social. Afirmando tal ideia, estamos dando prevalência, novamente, ao campo dos atos intencionais. O que inviabiliza, em consequência, pensar no jogo como um sintoma natural e objetivo da normatividade vital (Ferraz, 2008, p. 166). Para Deleuze (2009), a força dos paradoxos reside em que eles não são contraditórios, mas nos fazem perceber a gênese da contradição. O princípio da contradição se aplica ao real e ao possível, mas não ao impossível do qual deriva, isto é, aos paradoxos ou antes ao que representam os paradoxos.

Os paradoxos de significação são essencialmente o conjunto anormal (que compreende como elemento ou que compreende elementos de diferentes tipos) e o elemento contraditório. Os paradoxos de sentido são essencialmente a subdivisão ao infinito (sempre passado-futuro e jamais presente). Em sendo a linguagem advinda do pensamento. É vão propor uma distinção entre signos e objetos, sistemas, imagens e comportamentos que ainda não foram estudados sob o ponto de vista semântico. A extensão semiológica da noção Língua/Fala não deixa de colocar certos problemas que coincidem, evidentemente, com os pontos em que o modelo linguístico não mais pode ser seguido e deve ser ajustado. Para Barthes (2006), o primeiro problema surge já na concepção, na própria concepção dialética entre a língua e a fala. Na linguagem, não entra nada na língua que não tenha sido ensaiado pela fala, mas inversamente, fala alguma é possível se ela não é destacada do tesouro da comunicação. Este movimento é ainda, parcialmente ao menos, o de um sistema como o da saúde, ainda que fatos individuais de sintomas nele possam tornar-se fatos de língua; mas, para a maioria dos outros sistemas semiológicos, a língua é elaborada, não pela “massa falante”, mas por um grupo de decisão. Neste sentido, dadas as mudanças sociais na contemporaneidade pode-se dizer que, na maioria das línguas semiológicas, o signo que verdadeiramente “arbitrário fundado artificialmente, por uma decisão unilateral, precisa se atualizar, em suma, de linguagens fabricadas, de “logotécnicas” expressivas de um constructo social; o usuário seguindo essas linguagens, nelas destacando mensagens (“falas”), deve participar de sua elaboração; o grupo de decisão que está na origem do sistema (e de suas mudanças) não pode mais permanecer mais ou menos estreito; nem pode ser também um grupo mais difuso, mais anônimo, nem detentor de uma tecnocracia altamente qualificada.

A natureza institucional da comunicação na procura por preservar a linguagem, conserva-se na dialética entre o sistema e o uso. De uma descrição ancorada na biologia do organismo humano, e partindo do estabelecimento de suas principais funções, derivam-se ilações que alcançam as implicações éticas e pedagógicas das leis do hábito. Os usos da língua elaborados por decisão, com determinação para a coletividades, seguem as seguintes vias:

- 1) Quando nascem novas necessidades, consecutivas ao desenvolvimento das sociedades (como por exemplo a um tipo de vestuário de influência europeia nos países da África contemporânea, nascimento de novos protocolos de alimentação rápida nas sociedades industriais urbanas).
- 2) Quando imperativos econômicos determinam o desaparecimento de certas matérias e a promoção de outros (tecidos do vestuário, por exemplo).
- 3) Quando a ideologia limita a invenção das formas, sujeita-as a tabus e reduz, de algum modo, as margens das ações.

Pode-se dizer, seguindo Barthes (2006) mais amplamente, que a elaboração do grupo de decisão, isto é, as logotécnicas, são elas próprias, apenas os termos de uma função sempre mais geral, ou seja, o imaginário coletivo da época: a inovação individual é assim transcendida por uma determinação sociointeracional, e estas determinações sociológicas, por sua vez, remetem a um sentido final, de natureza antropológica.

Não sem razão, o segundo problema colocado pela extensão semiológica da noção Língua/Fala diz respeito ao “volume” que se pode estabelecer entre as “línguas” e suas “falas” como já dito no início deste trabalho, “na linguagem há uma desproporção muito grande entre a língua, conjunto finito de regras, e as falas que vem alojar-se sob essas regras num número praticamente infinito”. Neste interim, podemos presumir que um sistema como o vestuário apresente ainda uma diferença considerável de volumes, visto que, dentro das “formas” de vestimentas, as modalidades e as combinações de execução da moda, continuam sendo expressas num número elevado de constante repetição, recursivamente expressas nas variações que temporalmente marcam a mudança; mas em outros sistemas como o automóvel ou o mobiliário, a amplitude das variações combinatórias e associações livres não é tão elevada.

Há pouca margem reconhecida pelas instituições entre os modelos desejados e suas execuções: são sistemas em que a “fala” é limitada, e num sistema particular como a moda escrita, essa fala é até praticamente nula, de tal modo que se trata aqui de observarmos muitas vezes, a manutenção de uma língua sem fala. Assim, neste campo da escrita, a significação só se torna possível, quando essa língua é sustentada pela linguística. Se é verdade que haja língua sem fala, ou com falas muito pobres, isto não impede que seja forçosamente necessário revisar a teoria saussuriana, segundo a qual a língua não é senão um sistema de diferenças (e neste caso, sendo ela estigmatizada como inteiramente negativa, será sempre inapreensível pela fala completar o par Língua/Fala por um terceiro elemento, pré-significante, matéria ou substância, e que seria o suporte (necessário) da significação: numa expressão como “um vestido comprido ou curto”, o vestido não é senão o suporte de uma variante (comprido/curto), que pertence plenamente a língua. As indumentárias não apresentam distinção desconhecida na linguagem, em que ocorrências como no som da palavra *pochete* são consideradas como imediatamente significantes.

TERMOS LINGUÍSTICOS DA ILOCUCIONARIDADE

Entre a lógica formal simples e a lógica transcendental atravessa toda a teoria do sentido. Husserl descobriu o sentido como *noema* de um ato ou expresso em uma proposição. No núcleo do sentido noemático, explica Deleuze (2009),

aparece alguma coisa de ordem supremamente “central” que é exatamente a relação do próprio sentido ao objeto na sua realidade, *relação* e *realidade* que devem agora ser engendrados ou constituídos de maneira transcendental.

Na Lógica da semiologia, a noção de signo não provoca competição entre termos vizinhos. Para designar a melhor relação entre significantes, Saussure eliminou, por exemplo, o símbolo (porque o termo eliminava a ideia de motivação) em proveito de signo, definido como a união de significantes e de significados (a maneira de anverso e verso de uma folha de papel), ou ainda de uma imagem acústica e de um conceito.

A partir de Saussure, a teoria do signo linguístico enriqueceu-se com o princípio da dupla articulação cuja importância foi mostrada por Martinet (*apud* Barthes, 2006), a ponto de torná-la o critério definicional da linguagem. Assim, o signo passa a ser compreendido no composto de um significante e um significado. O plano dos significantes constitui o *plano de expressão* e o dos significados o *plano de conteúdo*. Em cada um desses dois planos, Hjelmslev introduziu uma distinção importante para o estudo do signo semiológico (e não mais apenas linguístico). Cada plano comporta, para Hjelmslev dois *strata*: a forma e a substância; sendo preciso insistir na nova definição destes dois termos, pois cada um tem, no atual curso particular, um denso passado lexical.

A forma é o que pode ser descrito exaustiva, simples e coerentemente (critérios epistemológicos) pela Linguística, sem recorrermos a nenhuma premissa extralinguística; a substância é o conjunto dos aspectos dos fenômenos linguísticos que não podem ser descritos sem recorrermos a premissa extralinguísticas como estes dois *strata* se reencontram no plano da expressão e no do conteúdo, teremos então:

- 1) Uma substância da expressão: por exemplo, a substância fônica, articulatória.
- 2) Uma forma de expressão, constituída pelas regras paradigmáticas e sintáticas (observemos que uma mesma forma pode ter duas substâncias diferentes, uma fônica e outra gráfica).
- 3) Uma substância de conteúdo: por exemplo, os aspectos emotivos, ideológicos ou simplesmente nocionais do significado, seu sentido “positivo”.
- 4) Uma forma do conteúdo: a organização formativa dos significados entre si, por sua ausência ou presença de uma marca semântica.

Esta última noção é delicada de se perceber, em virtude da impossibilidade em que nos encontramos, diante da linguagem humana, de separar os significados dos significantes; mas, por isso mesmo, a subdivisão forma/substância pode novamente torna-se útil e fácil de se manejar, em Semiologia, nos seguintes casos:

- a. Quando nos achamos diante de um sistema em que os significados são substantivados numa substância diversa da de seu próprio sistema (é, como vimos, o caso da moda escrita).
- b. Quando um sistema de objetos comporta uma substância que não é imediata e funcionalmente significativa, mas pode ser, em certo nível, simplesmente utilitária: tal adorno utilizado junto com uma determinada vestimenta pode ser utilizado para significar uma situação, mas também para enfeitar-se.

Esses pontos acima permitem, talvez, prever a natureza do signo semiológico com relação ao signo linguístico. Se o signo semiológico é provido de um modelo composto de um significado e de um significante (o vermelho em farol de trânsito, é uma ordem de trânsito rodoviário, que dele se separa o nível orgânico de suas substâncias físicas). Da mesma forma que nos muitos sistemas semiológicos, os sistemas linguísticos têm uma substância da expressão cujo ser não está apenas no plano da significação: são, muitas vezes, sentidos atrelados ao contexto de uso, como objetos derivados pela sociedade para fins de significação: em um texto escrito, podemos observar a roupa descrita em uma personagem qualquer representando a proteção, um cardápio descreve a comida para nossa alimentação, mas na verdade, está posto para comunicar e significar.

Observando o que partes estabelece para os signos semiológicos, podemos propor que estes signos no campo da linguística funcional, possam denominar como signos de origem utilitária, funcional, palavras que tem funções-signos. Assim, a função signo de uma palavra ou expressão encontra a testemunha no contexto de uso de sua enunciação. Num primeiro tempo, a decomposição de uma palavra, expressão ou texto apresenta-se puramente operatória e não implica uma atemporalidade. Num segundo tempo, a função penetra-se de sentido, quando as palavras, expressões, textos de multimodalidade significam para além das expressões literais do que emitem. A função assim, penetra-se assim de uma semantização factual.

Seguindo Barthes (2006), desde que haja sociedade, qualquer uso da linguagem se converte em signo desse uso: o uso da capa de chuva serve para proteger da chuva, mas este uso é indissociável do próprio signo de certa situação atmosférica como nossa sociedade produz apenas objetos padronizados, normalizados, esses objetos são fatalmente execuções de um modelo, as palavras de uma língua, as substâncias de uma forma significantes para reencontrarmos um objeto insignificante, seria preciso imaginar um utensílio absolutamente improvisado e que em nada se aproxima de um modelo existente: hipótese praticamente irrealizável em qualquer sociedade.

Os textos de Lewis Carrol no qual Alice figura como personagem principal, o elemento paradoxal é não senso sob as figuras que participam do enredo. Mas,

as leis normais não se opõem exatamente a essas figuras. São as figuras ao contrário, que submetem as palavras normais dotadas de sentido a estas leis que não se aplicam a elas: todo nome normalmente tem um sentido que deve ser designado por um outro nome e que deve determinar as disjunções preenchidas por outros nomes. Na medida em que estes nomes dotados de sentidos são submetidos a estas leis, recebem determinações de significação.

Para compreender os usos não literais das expressões, a ideia de uma semantização universal de usos é capital: traduz o fato de que só existe ato real quando a expressão é inteligível, e isso deveria levar a confundir, finalmente, Sociologia e Sociológica. Na Linguística a função-signo tem pois – provavelmente – um valor antropológico, já que é a própria unidade em que se estabelecem as relações entre o técnico e o significado geral.

De tudo que foi dito acima podemos perceber que as ações humanas em nosso mundo físico, se fazem através de atos de linguagem, como já observado pelos estudos da pragmática. Sendo os atos ilocucionários fundamentais para a comunicação, é ao estudo destes que em linguística se tem dado mais atenção. Estes tipos de atos, tem sido, nomeadamente, objetos de análise, com o fim de encontrar as características que os definem.

Um modo muito comum de analisar os atos de fala consiste em perguntar o que é que distingue um ato bem sucedido ou feliz (conforme na pragmática) de um ato linguístico mal sucedido, deficiente ou infeliz. Quando um ato de fala é bem sucedido, então dizemos que todas as condições necessárias à sua prática foram cumpridas (ou satisfeitas). Se, ao observarmos um ato de fala deficiente, conseguirmos descobrir qual a condição ou condições que não foram satisfeitas, e que tornaram um ato infeliz e sem sucesso, então teremos descoberto uma característica ou características fundamentais para definir esse ato. E até mesmo determinar quais as condições necessárias para diminuir as perdas da comunicação.

Assim, as condições necessárias para a prática bem sucedida de uma de fala – as chamadas – condições de felicidade são as características definidoras desse ato. Portanto, descobrir e descrever estas condições de felicidade equivale a efetuar a análise do ato ilocucionário, que se definem conforme o tipo. Por exemplo, a ação de pedir tem a ver com o fato de se realizar uma ação futura por alguém a quem o pedido é dirigido. Existem quatro tipos de condições para a prática de um ato ilocucionário: condições preparatórias, condições de conteúdo proposicional, condições de sinceridade e condição essencial. A satisfação destas condições assegura que o ato ilocucionário é bem sucedido. Contudo, como sabemos, a comunicação através de uma língua é uma atividade regulada por regras que os falantes seguem e, deste modo – relativamente ao ato ilocucionário – é lícito falar de regras.

Para cada condição a satisfazer existe uma regra correspondente ao ato do agir do falante, que ele tem que seguir. Passemos então à análise, sob o ponto de vista destas regras, de alguns atos de fala ilocucionários, capazes de ilustrarem a variedade existente (a análise pode representar-se simplificada pontualmente).

Utilizaremos as seguintes convenções:

X = falante

Y = ouvinte

A = ação

(P) = conteúdo proposicional

Exemplo:

X diz a Y: Prometo que te dou a pasta amanhã

O ato de prometer possui uma regra baseada em:

- 1) Na regra baseada na condição de conteúdo proposicional – Ação futura A de X.
- 2) Na regra baseada na condição preparatória – X crê que Y prefere que X faça A, a não fazer; Y prefere de fato que X faça A, a não fazer.
- 3) Na regra baseada na condição de sinceridade – X tema intenção de fazer A.
- 4) Na regra baseada na condição essencial – conta como X e Y a assumirem as suas posições para cumprir A (o ato de dar e receber).

Estas mesmas condições servem para pedir, afirmar, agradecer, entre tantos outros atos de fala. É possível agrupa os atos ilocucionários em tipos ou classes, de acordo com critérios de semelhanças. Esses critérios devem ser os mais gerais possíveis, de modo a poder formar uma tipologia, ou taxiconomia, de grandes classes de atos. Contudo, basta observarmos a prática quotidiana dos falantes para nos darmos conta de que muito daquilo que queremos dizer é dito *indiretamente*. Expressões do tipo podem significar para além do dito.

- a. X diz a Y: abra a janela.
- b. X diz: Irei ao museu amanhã. Y responde: amanhã é segunda-feira.
- c. Y diz a X: Aqui temos umas frutinhas.

O leitor que possa imaginar situações de usos variadas, será capaz de encontrar contextos específicos para o campo da significação das expressões anteriores.

- a. Pode simplesmente aferir que está quente no ambiente em que se encontra, já que não lhe foi feita uma pergunta, e que X não está dando uma ordem, nem praticando qualquer ato que exija uma resposta ou ação.

- b. Y quer dizer, entre outras coisas que o museu estará fechado, considerando que X conhece o fato de os museus na Europa, sendo esse o contexto, não abrem neste dia da semana.
- c. Y pode estar fazendo comentários a fim animar X sobre a presença de Z, com características e preferências pessoais específicas sobre pessoas, considerando que ele conhece os princípios gerais da cooperação na conversação.

Esta explicação de como é possível a um falante tomar como um informe, aquilo que literalmente é uma afirmação e, mais geralmente, de como é possível a um falante compreender um ato linguístico indireto, depende de dois fatores:

- i) A posse de certos conhecimentos linguísticos, que são de vários tipos: conhecimentos de uma língua, conhecimentos de atos linguísticos, conhecimentos de princípios da cooperação conversacional e conhecimentos de fatos do mundo.
- ii) A capacidade de fazer inferências, a partir desses conhecimentos.

Na atualidade os usos da linguagem estão cada vez mais possuídos de signos impressos e visuais que circulam nos meios de comunicação social, nas redes virtuais e até mesmo nos espaços físicos da arquitetura urbana. Quando dizemos que um significante está de posse de conhecimentos sobre como realizar atos linguísticos ou sobre os princípios da cooperação interacional, isso significa que ele tem um conhecimento refletido sobre tais condições de realização, e que pressupões dentro de sua comunidade de fala que os atos enunciados por ele, serão compreendidos e interpretados.

Notemos ainda que uma explicação lógica para a questão das inferências que leva a compreensão dos atos linguísticos indiretos, não devem ser tomados como uma explicação psicológica, isto é, não podemos pressupor que um falante ou enunciatador significante (a depender do veículo linguístico que utiliza) passa conscientemente a elaborar todos os passos para construir um ato de fala indireto. Mais natural será compreender que, devido a rotina, e usos sociais, o processo de reconstrução seja “abreviado” por chaves disponíveis no campo da significação, porque alguns passos são sempre tomados como óbvios.

No entanto, isso não significa que os tipos de conhecimentos e de inferências indicados não façam parte da competência de qualquer significante que compreenda tais atos. Na prática, da comunicação indireta, por exemplo em grupos de redes sociais, os elementos contextualizadores são sempre sinalizados. Estes elementos passam a ser utilizados convencionalmente construindo uma espécie de gramática do uso de elementos linguísticos e extralinguísticos que compõem um campo de significação.

Existem muitas formas para a percepção dos atos indiretos a se realizarem. É habitual praticar atos indiretos através de perguntas, comentários, elementos contextualizadores que compõem a identidade dos falantes e o lugar

de fala. Quando falamos em “compreensão da realidade linguística” estamos caminhando para a compreensão de um signo elaborado para um determinado fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS PRESSUPOSIÇÕES

Na interação conversacional do *tête-à-tête*, a performance do falante e ouvinte são pontos fortes de expressão que permitem superar as limitações técnicas da língua falada. Na conversação a arte cênica é preponderantemente a arte do simbólico. A transposição por simbolização dos gestos situa a compreensão do que é dito, mas não só. Todo o escopo semiológico dos artefatos da linguagem que falante e ouvinte carregam guarda relação imaginária com o simbólico.

Nesse sentido, a concepção de teatro convencional enfatiza sempre a representação dos enunciados. É importante ressaltar também que no uso da linguagem falada nunca temos o símbolo puro, no sentido da relação totalmente convencional do objeto. Assim, sempre teremos algum outro nível residual do signo. Portanto, na conversação teremos uma preponderância de símbolos, mas também ícones e índices. A fala se estrutura numa linguagem oral em âmbito “cênico-teatral” e é apresentada na forma de um *mixed-media* onde a tonicidade maior do que se diz, pode dar-se em uma performance ou outra, dependendo da identidade do falante-ouvinte.

A comunicação escrita é de outra dimensão complexa e também se constitui de uma dupla dimensão: uma linguística e outra extralinguística. Ambas, determinantes e imprescindíveis para a mensagem textual significar. Portanto, o fato de admitir o condicionamento de fatores situacionais para a definição da coerência dos textos não neutraliza a pertinência de seu material linguístico. Daí por que ser oportuno chamar a atenção para a relevância da cotextualização, ou seja, da consideração de paridade na estrutura interna do texto, de sua composição sintático-semântica, detendo-se, então, no texto como objeto linguístico, dependente da estrutura interna dos enunciados que o constituem e da articulação construída entre seus enunciados num contexto de uso objetivo.

Conforme observa Antunes (2009), uma obviedade gritante – mas que é pertinente referi-la aqui – é que os textos linguísticos são construídos com palavras. Palavras que, desde o sistema, tem um significado básico, estão submetidas a regras particulares de combinação, em vistas a uma organização sequencial coerente, nos âmbitos micro e macroestrutural. Dessa forma, construir um texto capaz de funcionar sócio comunicativamente num contexto específico, é uma operação de natureza lexical e gramatical, mas também considerar a dimensão pragmática e os campos de significação do mesmo.

Convém lembrar que o sentido calculado para um texto não decorre apenas do sentido de cada palavra que veicula isoladamente. Desde que uma palavra entra em um texto, passa a ser afetada pelos sentidos de outras palavras, de outros símbolos ... e esquematismos ... que a seguem, de maneira que nenhum elemento linguístico do texto funciona isoladamente, solto, sem estar constituindo *nós*. Ou seja, quem fala ou escreve não pode fugir à definição e a delimitação sintático-semântica das unidades lexicais e das construções gramaticais com que se constrói a superfície do texto, o qual sofre, então, as restrições decorrentes dos próprios limites das palavras e elementos semiológicos que o compõem. Na verdade, os sentidos e as intenções pretendidos em cada comunicação linguística tornam-se disponíveis ao interlocutor pela mediação das sinalizações linguísticas presentes, sejam elas lexicais, gramaticais e/ou pragmático-contextuais.

Na superfície da comunicação sócio interacional as palavras funcionam como sinais, como setas que vão indicando e dando pistas para o ouvinte ou leitor alcançarem o sentido e as intenções pretendidos. É verdade que isso acontece além dos sinais linguístico marcados, por que junto a estes existem outros sinais extralinguísticos que também ocorre, de modo complementar, sem neutralizar o valor dos primeiros dessa forma, os sentidos são aprendidos num movimento constante de interdependência, de voltas e avanços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. Tradução de Izidro Blikstein. São Paulo: Cutrix, 2006.
- COHEN, Renato. *Performance como linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- JR BEZERRA, Benilton. A noção de experiência e sua importância para a clínica atual. In ARRUDA, Arthur et al. (Org.). *Pragmatismos, pragmáticas e produção de subjetividades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- LIMA, José Pinto de. *Pragmática linguística*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.
- RORTY, Richard. *Consequences of pragmatism*. |Brighton/Sussex: The Haverster Press, 1982.

